

RACIONALIDADE LEGISLATIVA E PRODUÇÃO NORMATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

PrefácioRobert Bonifácio

Esta obra investiga a racionalidade da produção normativa no contexto das políticas públicas, com base nas referências teóricas da Legisprudência e da Legística Material. São construídos, como proposta de reflexão, dois eixos de análise: o da "instrumentalidade da atividade normativa" e o da "legitimidade democrática", a destacarem a justificativa legislativa como objeto central da dinâmica normativa. Partindo de tais diretrizes, realiza-se estudo empírico da atividade normativa da Câmara Municipal de Goiânia no âmbito das políticas públicas, demonstrando-se que a presença de critérios de racionalidade influencia de forma positiva o processamento das propostas legislativas, que devem ser adequadamente debatidas e justificadas ao cidadão, principal destinatário desse processo.

Área específicaDIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins PROCESSO LEGISLATIVO; CIÊNCIAS POLÍTICAS; POLÍTICAS PÚBLICAS.

Palavras-chave
PODER LEGISLATIVO, RACIONALIDADE
LEGISLATIVA, AVALIAÇÃO LEGISLATIVA,
POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGÍSTICA,
LEGISPRUDÊNCIA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm CÓDIGO SANKHYA: 3214

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

V433r Velasco, Lucas Cavalcanti

Racionalidade legislativa e produção normativa das políticas públicas / Lucas Cavalcanti Velasco. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024.

190p. 14,5x21,5 cm ISBN 978-65-5518-626-0

1. Poder Legislativo. 2. Racionalidade legislativa. 3. Avaliação legislativa. 4. Políticas públicas. 5. Legística. 6. Legisprudência. I. Título.

CDD: 341.252 CDU: 342.52(81)

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima - CRB/6 - 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VELASCO, Lucas Cavalcanti. *Racionalidade legislativa e produção normativa das políticas públicas.* Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024. 190p. ISBN 978-65-5518-626-0.

Lucas Cavalcanti Velasco

Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Direito Legislativo (Unyleya). Professor de cursos de graduação e do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Goiânia, com atuação nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Processo Legislativo. Advogado.

SUMÁRIO

PREF.	ÁCIO	
Rober	t Bonifácio12	7
110201	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
INTRO	DDUÇÃO	
CAPÍ	TULO 1	
	DAMENTOS TEÓRICOS DA RACIONALIDADE	
	SLATIVA: A COMPREENSÃO DA "INSTRUMENTALIDADE	
DA A	TIVIDADE NORMATIVA" E DA "LEGITIMIDADE OCRÁTICA" COMO EIXOS DE ANÁLISE DO PROCESSO	
	RODUÇÃO DE NORMAS25	5
1.1	A Legística (Ciência da Legislação) enquanto práxis jurídica20	
1.2	A Legisprudência como referencial teórico-epistemológico30	
1.2.1	O legalismo em crise: do legalismo forte ao legalismo fraco30	
1.2.2	O dever de justificação no processo legislativo39	
1.3	Legística Material e avaliação legislativa: uma proposta	
	metodológica	5
1.4	Os eixos de análise4	9
1.4.1	O eixo da instrumentalidade da atividade normativa4	
1.4.2	O eixo da legitimidade democrática	3
	TULO 2	
RACI	ONALIDADE LEGISLATIVA E A DIMENSÃO NORMATIVA	
	POLÍTICAS PÚBLICAS59	
2.1	A racionalidade legislativa no contexto dos direitos fundamentais60	J
2.2	Instrumentalidade da atividade legislativa e a normatividade das políticas públicas	2
2.2.1	A normatividade como instrumento da ação governamental	
2.2.1	Atividade normativa e o ciclo de políticas públicas64	
2.2.3	Processo legislativo e o desenho normativo das políticas públicas69	
2.2.4	Instrumentalidade e dimensão normativa: uma dupla dimensão	,
2.2.4	das políticas públicas	3
2.3	Legitimidade democrática e processo legislativo das políticas	_
	públicas	
2.3.1	Os espaços de deliberação social	
2.3.2	Dimensão informacional e participação80	J
C A DÍT		
	IULO 3 LIAÇÃO LEGISLATIVA: ASPECTOS CONCEITUAIS E	
	TICAS RECONHECIDAS87	7
3.1	Avaliação legislativa como expressão da instrumentalidade	,
0.11	processual normativa	8
3.2	Panorama dos modelos existentes: práticas avaliativas no cenário	
	internacional e nacional99	
3.2.1	O modelo canadense	3
3.2.2	O modelo britânico90	
3.2.3	A experiência brasileira98	3
3.3	Os critérios metodológicos de uma proposta de avaliação	_
	legislativa	_
C A DÍT	TULO 4	
	ONALIDADE LEGISLATIVA, POLÍTICAS PÚBLICAS E	
APLI	CABILIDADE METODOLÓGICA102	7
4.1	Estratégia metodológica e coleta de dados	
4.2	A construção do banco de dados108	

4.3	Do preenchimento do banco de dados110		
4.4	Da descrição das variáveis		
4.4.1	Dos dados gerais		
4.4.2	Dos dados sobre avaliação legislativa111		
4.4.3	Variáveis sobre tramitação processual na Câmara Municipal de Goiânia113		
4.5	Técnicas de análise de dados		
CAPÍTULO 5			
ATIVIDADE LEGISLATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA119			
5.1	Dinâmica geral da atividade legislativa da Câmara Municipal de Goiânia120		
5.1.1	Aspectos gerais sobre iniciativa legislativa e espécies normativas120		
5.1.2	Exposição das proposituras por espécie normativa125		
5.2	A tramitação legislativa na Câmara Municipal de Goiânia (2009-2018)129		
5.2.1	Tramitação processual no tempo		
5.2.2	Propostas legislativas e áreas temáticas		
5.2.3	Arquivamento		
5.2.4	Aprovação e rejeição das propostas legislativas pelo plenário137		
5.2.5	A deliberação dos processos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e as emendas parlamentares143		
5.3	Racionalidade legislativa das normas de políticas públicas no parlamento goianiense146		
5.3.1	Aspectos gerais sobre as propostas normativas de políticas públicas		
5.3.2	Instrumentalidade da atividade normativa das políticas públicas municipais		
5.3.2.1	Características gerais sobre a presença de critérios de avaliação legislativa nas propostas normativas da Câmara Municipal de Goiânia		
5.3.2.2	A incidência de critérios de avaliação legislativa e o trâmite legislativo		
5.3.3	Legitimidade democrática no processo normativo municipal de políticas públicas163		
5.3.3.1	Das audiências públicas163		
5.3.3.2	Da Comissão de Legislação Participativa (CLP)167		
5.3.3.3	Da dimensão informacional relacionada ao processo legislativo local		
	Considerações finais		
REFER	ÊNCIAS		
APÊN	DICE 1		
DICIONÁRIO DE VARIÁVEIS DO REPOSITÓRIO DE DADOS181			
APÊN	DICE 2		
AGLUTINAÇÃO DE ÁREAS TEMÁTICAS POR AFINIDADE189			